

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nº 1-03/23

Demonstrações Financeiras em 31/DEZ/22



CONSULT AUDITORES

Curitiba, 13 de março de 2023

Aos
Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro - RJ

CONFIDENCIAL

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/DEZ/22.

PAULO SERGIO DA SILVA:6726905297
2

Assinado de forma digital
por PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
Dados: 2023.03.15
17:08:45 -03'00'

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas

Com base nas informações apresentadas pela Administração, o saldo de depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 635.212 mil (R\$ 573.101 mil em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 9, está em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de dezembro de 2022.

Provisões para passivos contingentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R\$ 1.400.645 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 624.232 em 31 de dezembro de 2021). Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento dos processos judiciais, bem como nos controles internos e nas bases



CONSULT AUDITORES

de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes. Conseqüentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de dezembro de 2022.

Contas a receber de partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 10, a Companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293.215 mil. Este valor teve origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a Administração da Companhia devolveu esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador.

Transações com o Tesouro Nacional – Contratos de Cessão de Créditos

Conforme nota explicativa nº 29, a Companhia, nos exercícios de 1998 a 2000, transferiu para a União os direitos de créditos decorrentes de um contrato de arrendamento assinado com a Libra Terminal Rio S.A., com vencimento em MAIO/2023 e de outro contrato celebrado com a Sepetiba Tecon S.A., com vencimento em OUT/2025, sendo que os saldos a vencer em 31 de dezembro de 2022 eram de aproximadamente R\$ 174.081 mil (R\$ 279.339 mil em 31 de dezembro de 2021). Nossos procedimentos de auditoria revelaram inconsistências nos critérios de reconhecimento do passivo obrigacional e do impacto no resultado do exercício corrente, relacionado às antecipações recebidas por conta de tais clientes, em face dos direitos creditórios cedidos.

Valor Justo de Propriedades para Investimentos – Divulgação em Nota Explicativa

Conforme nota explicativa nº 11, a Companhia escolheu como sua política contábil o método do custo de aquisição para mensuração das propriedades para investimento, neste caso o Pronunciamento Técnico CPC nº 28 - Propriedade para Investimento, exige a mensuração do valor justo para a finalidade de divulgação em notas explicativa, o que foi observado apenas parcialmente pela Companhia, existindo propriedades que não foram avaliadas e outras que foram avaliadas em exercícios anteriores ao ano de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional



CONSULT AUDITORES

do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós-emprego de plano de pensão com benefício definido

Conforme apresentado na nota explicativa nº 16, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2021

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas à demonstração do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados para retificação do reconhecimento de saldos relacionados a depósitos judiciais e de provisão para contingência, como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reapresentação de exercícios anteriores.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes,

segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão do ano anterior por outros auditores

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 11 de março de 2022, com a mesma ressalva referente a contas a receber de partes relacionadas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



CONSULT AUDITORES

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



CONSULT AUDITORES

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de março de 2023.

PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
72

Assinado de forma digital
por PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
Dados: 2023.03.15
17:09:18 -03'00'

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

MARLOS NANONI
REINERT:03093836921

Assinado de forma digital por
MARLOS NANONI
REINERT:03093836921
Dados: 2023.03.15 15:13:20 -03'00'

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ

**CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5**